

Ata da 32ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em vinte de maio de 2014, com início às quatorze horas e trinta minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Nei Haveroth, Celso Dal Molin, Paulo Porto, Pedro Martendal, Marcos Rios, Danny de Paula, Romulo Quintino, Rui Capelão e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão; ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Ofício nº 04/2014 do gabinete do vereador Vanderlei Augusto da Silva, comunicando sua ausência na presente sessão. Emenda 1 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 51/2014. Parecer nº 212 da Comissão de Segurança Pública e Trânsito favorável ao Projeto de Lei nº 51/2014. Parecer nº 213 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 51/2014. Parecer nº 214 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 52/2014. Parecer nº 215 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 49/2014. Parecer nº 216 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Resolução nº 5/2014. Parecer nº 217 da Comissão de Justiça e Redação favorável a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 227/2013. Parecer nº 218 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 50/2014. Parecer nº 219 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 47/2014. Parecer nº 220 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº 51/2014. Parecer nº 221 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº 49/2014. Parecer nº 222 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Resolução nº 5/2014. Parecer nº 223 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº 52/2014. Parecer nº 224 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº 50/2014. Parecer nº 225 da Comissão de Trabalho e Legislação Social favorável ao Projeto de Lei nº 49/2014. Parecer nº 226 da Comissão de Trabalho e Legislação Social favorável ao Projeto de Lei nº 50/2014. Parecer nº 227 da Comissão de Trabalho e Legislação Social favorável ao Projeto de Lei nº 52/2014. Requerimentos nº 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131 e 132. Indicações nº 428 à nº 449/2014. Inscritos para falar no grande

expediente, os vereadores: Paulo Porto, Fernando Winter, Rui Capelão, João Paulo de Lima, Claudio Gaitero, Luiz Frare e Romulo Quintino.

INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA - quando não houve qualquer solicitação, neste sentido. **ORDEM DO DIA** -

– Presidente: Damos início neste momento a Ordem do Dia. O Projeto de Lei nº 227/2013 de autoria dos vereadores: Claudio Gaitero, Luiz Frare, Nei Haveroth e Fernando Winter dispõe sobre a proibição e venda de bebidas alcoólicas nos locais públicos que especifica no município de Cascavel, e dá outras providências teve uma Emenda. A Emenda 1 proposta pelo vereador Nei Haveroth, altera-se o parágrafo único do Artigo 4º, que passará a ficar com a seguinte redação; em discussão a Emenda. (-Peço a palavra, senhor Presidente). Com a palavra o vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei: Senhor Presidente, nobres pares, assistência, quero fazer um cumprimento especial ao Secretário Antidrogas, o Geninho, foi um dos que iniciou este Projeto, através da Secretaria Antidrogas, ao Capitão Amarildo, também a Doutora que está presente e membros do Cotrans. Esta Emenda, meramente ela é para corrigir um detalhe que nós tínhamos remetido. No caso de algum tipo de eventual multa que ocorra através desta Lei, que fosse encaminhada para o Fundo Municipal Antidrogas e que foi alterado por Lei e passou a ser Remad. Então, estamos fazendo uma Emenda que substitui Fundo Municipal Antidrogas para o Remad que é o Recurso Municipal Antidrogas. Só, era isto senhor Presidente. Em votação, a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 227/2013 foi aprovada, pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Em 2ª discussão o Projeto de Lei nº 227/2013, (-Peço a palavra, senhor Presidente) com a palavra o vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei: Senhor Presidente, nobres pares, distinta assistência, quero fazer uso da palavra neste momento, senhor Presidente, para pedir voto favorável a este Projeto. Novamente, porque ontem foi aprovado em 1ª discussão. Acredito que não teremos problemas quanto a isto, mas seria importante nós frisarmos alguns detalhes deste Projeto; que no preâmbulo inicial, onde ele diz que: dispõe sobre a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas nos locais públicos que especifica e o noticiário que nós temos na imprensa, elas às vezes não chega da forma que ele é; um Projeto da forma que especifica. Ele tem um caráter educativo e restritivo. Então, nós não estamos proibindo através desta lei que se consuma de qualquer forma e de qualquer maneira o consumo de bebidas em locais públicos. E sim, criamos nesta lei instrumentos que regulamentam aonde deve ser, poder ser consumido. Então no § único desta lei a proibição não inclui os eventos realizados em locais públicos, com a respectiva autorização para o consumo de bebidas alcoólicas

expedidas pelo Poder Público Municipal e no entorno dos bares, quiosques, lanchonetes, restaurantes e casas de eventos; compreendendo as áreas de atendimento destes estabelecimentos nos limites determinados pelo Poder Público e desde que a bebida seja proveniente do mesmo, atendendo aos preceitos da Lei Municipal já existente, que é a 4.478/2007. Aí nós discorreremos, aí no artigo 2º quais são os locais públicos: praças públicas, parques públicos, ruas, avenidas, passeios públicos, ciclovias, no entorno dos espaços esportivos público, como campos de futebol, ginásios de esportes, canteiro centrais das avenidas Brasil, Tancredo Neves, Assunção, Barão do Rio Branco e outras avenidas do município; pontes e viadutos e demais espaços públicos a ser definido em regulamento próprio pelo Poder Executivo. Frisar também, senhor Presidente, que este Projeto ele teve o parecer do Cotrans favorável a este Projeto, onde é representado por diversos segmentos da sociedade; teve parecer favorável do Comad que é o Conselho Antidrogas do Município; então neste sentido como é uma lei de caráter educativo e restritiva, nós acreditamos poder estar contribuindo para que nós tenhamos uma cidade melhor; uma cidade com um pouco mais de qualidade de vida. E que nós possamos através desta Lei, repensar a forma que vemos as situações que ocorrem hoje no nosso município que foram de conhecimento e amplamente divulgado, a partir da discussão desta Lei. Então, eu gostaria de frisar e de relatar aqui, que é importante nós colocarmos quais são os locais e onde a lei regulamenta e o que ela restringe, também. Era o que tinha, senhor Presidente. Muito obrigado! (- Peço a palavra, senhor Presidente.) – Presidente: Com a palavra, o vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando: Senhor Presidente, colegas vereadores, imprensa, assistência, boa tarde a todos! Vereador Nei Haveroth, só gostaria de frisar novamente o § único, porque muitas pessoas estão com dúvidas, donos de bares, lanchonetes, pensando que vai ter a proibição nestes lugares. Então, gostaria de frisar aos senhores, inclusive a imprensa, tem algumas dúvidas, tem um projeto que é bastante polêmico e o § único, diz assim: a proibição não inclui, não inclui os eventos realizados em locais públicos com a respectiva autorização para consumo de bebidas alcoólicas, expedidas pelo Poder Público Municipal e no entorno dos bares, quiosques, lanchonetes, restaurantes, casas de eventos, compreendendo as áreas de atendimento deste estabelecimento nos limites determinados pelo Poder Público e desde que a bebida seja proveniente do mesmo, atendendo aos preceitos da Lei Municipal nº 4.478/2007. Quero cumprimentar também aqui, o Geninho, nosso Secretário do Comad da Secretaria Antidrogas que também, os senhores vereadores concordam que ele nos ajudou a elaborar este Projeto já há mais de um ano, ao qual nós

estamos construindo juntos. E quem sabe talvez, Nei, mudar o voto dos únicos dois que votaram contra que é o vereador Jorge Bocasanta e o vereador Ganso. Tenho certeza que eles vão mudar o voto, porque este Projeto ele vem beneficiar toda a população. E eu fiz questão aqui, de anotar alguns benefícios que este Projeto vai trazer para toda a população de Cascavel: a segurança na vizinhança destes locais públicos, Jorge Bocasanta; a limpeza nas ruas, se você for hoje no domingo à tarde no Lago Municipal a quantidade de garrafas quebradas, naqueles locais, é inclusive uma vergonha. Para uma pessoa que vem, o cartão de visita da cidade é o Lago Municipal; então é um benefício que nós vamos ter esta limpeza nas ruas. A tranquilidade inclusive, dos sons muito alto destas mesmas pessoas que ingerem bebidas nestes locais. E menos também, está aqui pessoas competentes para dizer isto, na questão do trânsito, com menos acidente e nós vamos ter também, na nossa cidade. Então, alguns efeitos positivos deste Projeto e quero pedir então, o voto favorável de todos os vereadores. Era isto, muito obrigado! (-Eu vou pedir a palavra aqui, um pouquinho). – Presidente: Então, já está com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres colegas e toda a plateia. A princípio ontem, bati tanto neste Projeto porque pensei que até as bodeguinhas não poderiam mais colocar uma cadeira, uma mesinha, na frente do seu estabelecimento. Mas, vendo Fernando Winter, você falando assim, o que quê me deixa assim preocupado? Preocupado que não tem gente pra limpeza em Cascavel e muito medo de segurança, por quê? Vou te dar um exemplo, vamos lá no Lago, se nós sentarmos perto da bodega do Lago, vamos dizer assim, nós vamos poder beber, beber, beber, beber, tá entendendo? Se nós comprar no mercado e levar lá, nós não vamos poder; então é uma lei assim meio, entendeu? Eu não sei se, lógico, eu posso falar porque eu não sou de beber. Tipo, na minha vida assim, se eu pedir uma garrafa de cerveja sozinho assim, não vou conseguir tomar uma caixa durante a minha inteira, entendeu? Então, eu não sou de beber, não bebo, entendeu? Mas, eu vejo o seguinte: mas proibir, proibir, uma proibição assim que não tem lógica a proibição. Eu ia até reconsiderar o meu voto, mas eu vejo aqui, então o seguinte, Fernando Winter: lá no Country você vai jogar lá, lá você pode encher a cara, pegar o seu carro e sair; lá então a lei permite; mas se você subir 100 metros pra cima e sentar ali na nossa praça ali, Parigot de Souza, e se você tomar a mesma quantia que você tomar no Country, daí é proibido. Então, o que é que nós temos que proibir? Proibir os excessos. Eu sei a intenção desta lei, a intenção desta lei é para proibir os bobódromos, entendeu? Os lugares das fuzarcas, lugares que não tragam nada pro município, mas vamos dar

um exemplo aqui, até o nosso Presidente foi cantar um dia lá na praça lá do, ali, foi tocou, cantou, lá tinha um pouco de cerveja; mas não teve nenhuma fuzarca, tu tá entendendo? Então o que é que precisamos? Precisamos o quê? É fazer que cumpra a lei, da desordem; vamos combater a desordem! Não é proibindo! Eu não sei o que nós estamos proibindo com esta Lei, tu tá entendendo, Fernandinho. (-Concede um aparte) Sim, com certeza! – Vereador Fernando: Eu creio que vereador Jorge, a aplicabilidade da lei é o problema de todas, de todas as leis que muitas não são aplicadas; mas se nós vereadores for pensar nesta situação nós vamos parar de fazer as leis. Então, eu penso que o Projeto é bom, com certeza está aqui o Secretário Geninho juntamente com o Executivo nós estudaremos, Nei Haveroth uma maneira de efetivar pessoas que possam fiscalizar e trabalhar aplicando esta Lei. Era isto. – Vereador Jorge Bocasanta: Continuando assim, Fernando, o que me preocupa assim, então por que é que nós não fazemos um Projeto assim, só pode ser vendida uma cerveja para cada cidadão de Cascavel, entendeu? Seria mais lógico, por que o que é que é? Nós vamos combater o alcoolismo; então não se pode vender duas garrafas prá ninguém, uma só. Porque eu não entendo assim, se eu posso beber ali na Mello, na Pastelaria Mello e não posso beber do lado do cemitério, não sei é meio... (- Me permite um aparte, vereador) Já, já permito; então o que é que nós temos que fazer? Nós tínhamos que fazer uma lei é contra o abuso, contra a baderna, contra as pessoas que ficam gritando a partir das dez horas da noite; daí eu acho que teria interesse. Por isto que o meu voto é assim, apesar de não entender melhor o Projeto, porque ontem eu pensei que não poderia em qualquer bar, né, hoje eu já fico mais.., até que não é tão ruim! Mas mesmo assim, eu acho que não sei se vai levar a alguma coisa. Pois não, Nei – Vereador Nei: Obrigado, vereador. Vereador, nós vivemos num país democrático, um país de leis, né, e que a sociedade é restringida por leis que regulamentam. Então, quando você tem uma autorização né, que é reconhecida pelo Poder Público, o órgão que dá autorização, existe um certo controle destes locais, ou seja, os proprietários, ou quem promove o evento mesmo que seja o espaço público, ele tem alguém que é responsável por este evento. Então, ele tem que ter uma responsabilidade sobre isto. Então, ele exerce um controle sobre estas atividades, em outras áreas nós não podemos controlar. E no mais também, nos clubes privados, internamente nos espaços, nós não podemos fazer lei lá que isto seria inconstitucional; nós fazemos e queremos deliberar sobre lá dentro do órgão, como é o Clube do Country, como o senhor citou aqui. Então nós temos que, podemos fazer lei para deliberar aquilo que é de interesse coletivo. Quero aproveitar o

aparte também, para cumprimentar o Fernando do Comad, então eu digo assim né, Nei, mais um minutinho, só mais um minutinho pra mim concluir (Pode ser vereador) então o quê que nós estamos aqui; então aquele cidadão que vai no parque que leva uma garrafa de cerveja, toma com sua família e vai embora, ele está pagando pelos baderneiros de Cascavel é isto que é a realidade; então era só isto, por isto vou manter o meu voto contra por causa disto, né. E não que o Projeto seja tão insano quanto eu pensei ontem; porque ia quebrar com todos os bares de Cascavel. Obrigado. (-Peço a palavra, senhor Presidente). – Presidente: Vereador Claudio Gaiteiro, com a palavra. Vereador Claudio: Senhor Presidente, senhores vereadores, realmente todas as leis normalmente é polêmica, vereador Jorge Bocasanta em função da sua fiscalização. É passou pela nossa Comissão de Finanças, inclusive demos o parecer favorável, juntamente com o vereador Frare e o vereador Walmir Severgnini; um Projeto de Lei seu que na próxima semana vai entrar em pauta e também, vai ser polêmica a fiscalização. Eu achei muito bom o seu Projeto; então é a questão da bomba, né. No momento que a gente faz uma lei a gente imagina que vai haver a fiscalização e aqui, esta lei ela não fere o direito de ir e vir dos brasileiros, né, principalmente nossos cascavelenses. Ele dá um poder de polícia administrativa, aonde o vereador Frare ontem, mencionou que a nossa Lei Orgânica Municipal no seu artigo 20 e no seu artigo 175, ela é bem clara; aonde compete ao Município em comum com o Estado e a União fazer cessar no exercício do poder de polícia administrativa as atividades que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, estética, moralidade. Nós vemos ali no Lago Municipal, se você passar por ali, você vai verificar dois banners enormes lá; um foi tirado na 2ª feira pela manhã; aonde está aquela bagunça toda lá deixada pelas pessoas nos fins de semana; e a outra foto foi tirada no momento de lazer das pessoas aonde o Lago está limpo. Então, ali tem a seguinte indagação: qual é a cidade que você quer? Quer assim ou quer assim? Ou seja, quer ela totalmente suja ou quer ela limpa; então eu acho que esta Lei ela vem ajudar muito, ela vem trazer benefícios para os moradores de Cascavel. E nós temos certeza que o Capitão Amarildo, que está aqui, o Geninho que está aqui da Secretaria Antidrogas com o Fernando do Comad, eles vão ficar muito felizes e nós sabemos também, que o nosso grande amigo aí, Renato Silva, vai fazer grande divulgação desta Lei lá, através do J. Oliveira, através de todos os membros lá da Rádio Colmeia. Então, seria isto senhor Presidente. Obrigado. (-Peço a palavra, Presidente). – Presidente: Com a palavra, o vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu: Senhores vereadores, distinta assistência, imprensa do município de

Cascavel a minha saudação. Vereador Fernando Winter, estava ouvindo o seu pronunciamento e vossa excelência disse que o seu Projeto acabou ocasionando depois do dia a dia muitas dúvidas; na sociedade de Cascavel. Isto é devido ao fato que nesta Casa nós temos alguns artistas, verdadeiros artistas que conseguiram ontem e vejo que avançamos na discussão porque não vi nenhum pronunciamento neste sentido até agora, meu amigo Renato Silva. Ontem, nós quase chegamos a conclusão nesta Casa que a culpa do alcoolismo era do Prefeito Edgar Bueno, faltou isto aqui para chegar a esta conclusão. Vejo que a discussão avançou, estamos mais maduros na discussão porque percebo que não teve nenhuma fala neste sentido, mas é evidente que este Projeto é muito importante. Obviamente que os bares que tem autorização para vender bebidas alcoólicas, vão poder continuar vendendo. Óbvio que este Projeto tem um objetivo muito claro, muito claro, que é auxiliar os agentes de segurança da nossa cidade combater este absurdo que nós estamos vivendo em Cascavel, esta loucura que nós vivemos muitas vezes proporcionado por algum dos nossos jovens. Sem dúvida, que a nossa sociedade clamava que essa Casa fizesse algo! E estamos fazendo, estamos criando este mecanismo a mais, neste combate dos bobódromos, como o vereador Bocasanta se referiu. É a solução dos nossos problemas? Não é, o alcoolismo como já falamos no dia de ontem é um problema social e não só de Cascavel, mas do nosso Brasil e acredito eu mesmo, até do nosso mundo; mas tenho certeza que esta Casa dá um grande exemplo para o nosso Brasil. A Casa cumpre com o seu papel. É importante louvar os senhores autores desta proposta, porque são propostas como esta que justificam o funcionamento desta Casa. Projeto importante e muito bem elaborado, por isto tem o meu voto favorável. Obrigado, Presidente! (-Peço a palavra, senhor Presidente) – Presidente: Vou passar a palavra ao vereador Rui Capelão, mas somente antes cumprimentar mais uma vez a honrosa presença do Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Fernando Hallberg, seja bem-vindo, mais uma vez e também, o Capitão Amarildo que como já foi mencionado mais uma vez nos acompanha, ele que é coordenador do Cotrans Cascavel, seja bem-vindo, prazer em recebê-los neste instante e os que o acompanham também. Com a palavra, o vereador Rui Capelão. – Vereador Rui: Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta assistência realmente ontem o debate foi um pouquinho mais acirrado, até porque nós precisamos enxergar a nossa juventude. Nós não podemos fechar os olhos para a nossa juventude, por isto é que ontem nós levantávamos questões que o nosso jovem precisa de espaço. E lamentavelmente se nós formos procurar em Cascavel, espaço principalmente para as classes mais

desfavorecidas, aquele mais pobre, ele não tem um espaço para muitas vezes, para se divertir. E eu até comentei que eu tenho um salãozinho lá que é bastante usado pela comunidade lá do Clarito, porque o Salão Comunitário a Prefeitura derrubou. Então, é este meu salãozinho que está sendo usado para as senhoras fazerem os chás de fraldas, fazerem lá o seu chá de panela, para fazer o aniversário de criança então, é como muita satisfação que a gente cede para a comunidade usar; mas quando é um grupo de jovens que vem me pedir para fazer um churrasco, fazer uma festinha, eu não posso fornecer porque eu corro sérios riscos porque eu não tenho a segurança necessária para dar a estes jovens. Eu não poderei solicitar a segurança necessária, portanto quando nós discutimos algumas questões de alguns problemas sociais que nós temos dentro da cidade; nós não podemos fechar os olhos para aquilo que é dever nosso oferecer também, a nossa sociedade; por isto é que ontem foi um pouquinho mais acirrado. Mas, nenhum vereador aqui é hipócrita em colocar culpa em Prefeito ou muito menos em Secretário. Eu sempre digo que, se existe culpado muitas vezes é esta Casa aqui, que não cumpre com o seu dever de cobrar, de planejar, de fazer projetos e levar até os caminhos que nós precisamos para melhorar determinadas situações; portanto o Projeto do Nei Haveroth é um Projeto importante, mas nós temos que aprovar isto sempre, olhando muito bem para a nossa sociedade o que é fundamental para todos nós aqui. Obrigado! (-A palavra, Presidente). – Presidente: Vereador Pedro Martendal com a palavra. – Vereador Pedro: Senhor Presidente, caros colegas, imprensa, comunidade, por dois anos eu fiquei a frente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e lá eu senti no dia a dia as dificuldades do Conselho Tutelar da questão do alcoolismo junto aos adolescentes. Os incentivos ao consumo é muito grande; então dentro da legalidade, de tudo que estiver ao nosso alcance, que nós possamos regrar este consumo é fundamental. Também, mesmo antes de assumir como vereador, já estivemos em faculdades da região oeste, objetivamente na FAG, onde em reunião com a comunidade, diretores daquela instituição nos pediram que tomássemos algumas providências. Então, muito bem colocado por quem me antecedeu, as ferramentas que nós temos nós estamos utilizando; disponibilizar ao Executivo Municipal, aos órgãos de segurança algumas ferramentas a mais para que se possa coibir os abusos. Evidentemente que temos que respeitar os direitos de ir e vir, o direito de adquirir e de consumir; mas dentro das regras. Então, eu tenho certeza que esta lei virá em benefício da formação dos nossos adolescentes, também, e em respeito, porque nós não podemos esquecer também o direito das pessoas que residem no

entorno destes locais onde que são feitos estas aglomerações e, que muitas vezes as normas são desrespeitadas. Então, eu acho fundamental a aprovação deste Projeto, tem o meu total apoio e entendo que é mais uma ferramenta para que seja regado o consumo. (-Vereador?) Pois não. – Vereador Nei: Prometo que vai ser a última interferência, Presidente. Quero agradecer ao vereador Pedro Martendal por ter subscrito também, junto com nós, os 4 proponentes do Projeto: Fernando Winter, Luiz Frare, Claudio Gaitero e da minha pessoa. Nós 4 agradecemos a sua subscrição neste Projeto, vereador e que vai reforçar muito sim, este Projeto. E, cumprimentar o Renato Silva aqui, que contamos sempre também, e ademais a imprensa que divulgue a lei e ajude na conscientização da sociedade para nós mudarmos neste sentido. Gostaria também, de fazer um comentário, vereador Rui, que eu lembro que quando eu era criança e jovem, nós até roçava os poteiros para fazer um campinho de futebol. Nós não dependíamos do Poder Público para se divertir e muitas coisas, né? Hoje é lógico que nós vivemos numa realidade diferente, os nossos jovens, as nossas crianças pensam no computador, apenas. O sistema criou isto a sociedade criou isto também, ou é no computador ou é no celular. Aí quando vão extravasar vão buscar o álcool; o álcool ou a droga; nós estamos cansados de ver em toda a região do bairro de Cascavel (só um minuto para concluir) as praças de esporte estão tomadas, estão abandonadas, os nossos jovens não querem mais saber de praticar esportes, né. Neste sentido então, não só jogar para o Poder Público a responsabilidade, mas assumirmos nós enquanto comunidade, enquanto cidadão, o nosso dever também, de fortalecer e fazer a nossa prática, no sentido de organizar a nossa comunidade, organizar as pessoas para que elas criem os seus próprios espaços, também. Obrigado pelo aparte. – Vereador Pedro: Encerrando então, eu queria aqui também, deixar o meu abraço ao Renato Silva, Presidente da Univel e registrar aqui a preocupação daquela entidade na conscientização dos acadêmicos que lá estudam, nesta questão do consumo de álcool. Renato, eu sei da preocupação de toda a direção da Univel, neste sentido. E também, o meu abraço ao Geninho, o grande trabalho que faz nesta área. Obrigado! senhor Presidente. – Vereador Romulo: Quero pedir a palavra, numa questão de ordem, senhor Presidente. – Presidente: Pois não, com a palavra o vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo: Eu percebi que o senhor estava atento a um outro trabalho no momento do pronunciamento do vereador Rui Capelão; mas como não é a primeira e não é a segunda vez que ele fala isto. Eu quero também, repudiar veementemente a fala do vereador Rui Capelão que fala por mais de duas vezes que esta Casa não

faz nada. Ora, senhor Presidente, eu vejo o senhor entrar aqui pela manhã, toda manhã e sair daqui a noite; não sei se o senhor fica fazendo nada no seu gabinete, eu acredito que não. Eu vejo vários vereadores entrarem pela manhã e, saírem daqui a noite e eu acredito que todos estão fazendo alguma coisa. Agora, se o senhor Rui Capelão está falando isto pela Casa a gente deve repudiar isto, enquanto vereadores. Se o senhor estiver falando isto pelo senhor o senhor fale pelo senhor, se o senhor vem apenas tomar chimarrão e conversar e fazer não sei o que, o senhor fale pelo senhor. E eu peço senhor Presidente que fique registrado este desagravo. Esta Casa está ocupada e está ocupada trabalhando. Agora, o senhor está tendo a oportunidade de trabalhar, vereador Rui Capelão. Está fazendo muito mal – Vereador Rui: Questão de ordem, senhor Presidente. – Presidente: Quero apenas, intervir neste processo como um juiz de paz. Torcer para que se restabeleça, continue restabelecida a harmonia entre os vereadores, pois acredito que é mais agregador do que a desarmonia. Pois não, vereador, mas por gentileza seja contido. – Vereador Rui: Com certeza, sempre serei contido, vereador. Mas, é lamentável que quando a gente se expressa às pessoas não nos entendam o que nós estamos nos expressando. Eu simplesmente falei que esta Casa não costuma colocar culpa em Prefeito e nem em Secretário, (-puxa o áudio, vereador) a culpa muitas vezes é nossa, que não damos a contribuição que nós deveríamos dar. E isto nós sabemos que esta Casa muitas vezes é omissa, agora quem não enxerga a omissão é que eu não sei o que está fazendo aqui. Era isto, obrigado! – Vereador Romulo: Questão de ordem, senhor Presidente. Pode ser concedido facilmente puxando o áudio do que o vereador falou aqui, ele fale por ele e não fale em nome desta Casa. Até porque o Presidente desta Casa é o senhor Marcio Pacheco, vereador. Acho que fica pior negar o dito. – Presidente: Bom senhores, ainda em discussão o Projeto, mais alguma manifestação sobre o Projeto? Em votação nominal o Projeto de Lei nº 227/2013 foi aprovado em 2ª votação, com 17 votos favoráveis e 02 contrários, sendo favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, João Paulo, Jorge Menegatti, Danny de Paula, Luiz Frare, Nei Haveroth, Celso Dal Molin, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal, Rômulo Quintino, Rui Capelão Cardoso e Walmir Severgnini e contrários os vereadores: Ganso Sem Limites e Jorge Bocasanta. O Projeto de Lei nº 44/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal que altera as Leis Municipais nº 6.275 de 08 de outubro de 2013 – Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, 6.297 de 13 de novembro de 2013 – Diretrizes Orçamentárias para 2014 e 6.310 de 23 de dezembro de 2013 – Lei Orçamentária Anual para

2014 – Cultura R\$ 32.377,79, em discussão, foi aprovado em 2ª votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. O Projeto de Lei nº 49/2014, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera o valor da cesta básica previsto no artigo 1º da Lei Municipal nº 5.793, de 24 de maio de 2011 em discussão foi aprovado em 1ª votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. O Projeto de Lei nº 50/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre o reajuste no vencimento dos Servidores Públicos Municipais de Cascavel, a título de revisão geral anual e dá outras providências, em discussão. (-Peço a palavra, Presidente). Com a palavra o vereador Paulo Porto. (-ah! a tribuna não Paulo Porto). – Vereador Paulo Porto: Boa tarde a mesa diretora, boa tarde aos vereadores, boa tarde ao plenário. A categoria dos servidores municipais vem negociando com o Executivo, desde o final de abril e início de maio para discutir o vencimento, no caso, o reajuste da chamada data base. Inicialmente a categoria apresentou um índice para o Executivo de 17%, este índice na rodada de negociações foi descartado e o Prefeito apresentou o índice de 6%. Este índice foi apresentado no dia 08 de maio em assembleia da categoria no Sismuvel para a apreciação dos servidores e este índice foi rejeitado e, apresentado uma contraproposta de 8,32%. Esta contraproposta foi levada ao Prefeito para discutir, porém o Prefeito viaja dia 10 para o Canadá, voltando há pouco tempo. E a categoria pacientemente entendeu que ainda estava em discussão; eis que a categoria leva um susto com este Anteprojeto nº 50, pondo um ponto final nas negociações que a categoria acreditava que estava em curso com o Prefeito; num ato antidemocrático, autoritário e arbitrário de encerrar as negociações sem avisar com quem você estava negociando. Dito isto, eu deixo o nosso repúdio a esta ação do Executivo; a pedido do Sindicato peço voto favorável na expectativa, no voto de confiança, na esperança que o Executivo retome as negociações imediatamente junto ao Sindicato, aqui representado pelo Presidente Riciere, para que este índice possa ser discutido. Na esperança de na semana que vem esta Casa possa votar uma Emenda, quem sabe de 8,32%. Dito isto, peço voto favorável e apenas lamento esta atitude autoritária de encerrar a negociação no meio da negociação, sem avisar com quem estava negociando. Então, peço voto favorável e peço, reivindico junto ao Sindicato, junto com o Sindicato, reabertura imediata da negociação. Muito obrigado, Presidente. (-Peço a palavra, senhor Presidente) – Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobre colegas, plateia, enfim, na realidade o reajuste da Prefeitura neste momento, né, eu ponderava um dinheiro, tá entendendo? Mas, eu estou

percebendo o seguinte: que ao invés de ter um aumento na realidade, os funcionários públicos de Cascavel estão diminuindo o salário. Se a inflação foi seis pontos não sei o quê, (daqui a pouco os meus assessores vão trazer), se você aumentar 6%, na realidade você está perdendo o dinheiro, tá entendendo? Seis ponto vinte e três, Fernando Winter; se você dar 6% de reajuste você está retrocedendo a um ano atrás, está diminuindo o salário dos trabalhadores. Eu sempre gostaria aqui de falar que o menor salário de um funcionário público concursado deveria ser igual ao menor salário dum cargo de confiança. O cargo de confiança da Prefeitura, se não me engano começa a partir de R\$1.800,00 e vai embora né. Então, eu não sei se este Projeto veio aqui para aumentar em 6% os cargos de confiança ou de todos, né, de todos os funcionários, né. Porque os cargos de confiança 6% vai que vai, vamos dar uma diminuída né, que estão ganhando bastante né; mas os funcionários de carreira deveriam ter o quê? Pelo menos 1% a mais para dar um incentivo para estes trabalhadores e não fazer com que diminua os seus salários. Então, se todo o ano tirar meio por cento, um por cento, daqui a 10, 15 anos quando estaremos todos aposentados e nisto eu também me incluo, porque sou funcionário público ao invés de nós crescermos nós vamos regredir na carreira. Então, eu vou votar favorável também. (-Me dá um aparte, senhor vereador). Sim! Sim! – Vereador Claudio: Obrigado, vereador Boca, senhor Presidente, senhores vereadores. É só para registrar, a inflação vereador Boca deu cinco ponto oitenta e dois e o reajuste está em seis por cento. E vossa excelência leva uma sorte é funcionário do município está recebendo 6%. Eu como sou funcionário da Dilma, né, aposentado eu e o Frare, estamos recebendo somente 5%; quer dizer já estamos tendo uma defasagem aí de zero ponto oitenta e dois por cento. Então, pode ficar feliz vossa excelência está recebendo um aumento acima da inflação a de 6% contra 5.82% aí, que deu a inflação. Seria isto, obrigado! – Vereador Jorge Bocasanta: Mas, o companheiro Claudinho é aposentado e tem salário de vereador e não precisa ganhar tanto, né. Podia até fazer uma doação do salário de vereador, ficar só com o salário né, da aposentadoria. (-Bocasanta, um aparte, por favor). Pois não. – Vereador Paulo Porto: Só deixar claro que na minha manifestação não estou discutindo o índice, eu acho que quem vai discutir isto é o Sindicato. Não estou questionando o índice. Na minha fala eu estou questionando o método, que segundo o Sindicato houve interrupção da negociação no meio das negociações. Então a questão do índice eu entendo que, não está em pauta, porque eu não pautei. Só deixar claro, eu estou discutindo o método que eu entendo que foi autoritário. O índice eu quero deixar para o Sindicato discutir. – Vereador Jorge

Bocasanta: Mas, falando ainda mais, o pensamento do Claudio Gaitero eu acho que está errado, Claudinho. Se a Dilma deu só 5% no Brasil, deu 5%, alguma coisa está errada; porque eu acho que no mínimo a inflação; por isto é que eu mandei buscar o índice; para mim era seis ponto vinte e três de inflação, tá entendendo? Eles foram lá porque o aposentado, meu pai e minha mãe foram aposentados e morreram já, então cada vez mais pobre; então quanto mais o tempo passa cada vez mais pobre. Então, eu acho assim o quê? Mas, mesmo assim, zero vinte centavinhos assim é pouco; vamos dizer o seguinte: como queremos que os funcionários trabalhem melhor se o seu salário é baixo; então vou votar favorável, né, mas gostaria de nós fazer, se a Prefeitura tiver condição através do Frare aí que é o nosso contador de dinheiro, para dar pelo menos mais um por cento, né? Fazer uma média aí, então era isto. (-Peço a palavra, Presidente: - Presidente: Antes de passar a palavra ao vereador Gugu Bueno, quero cumprimentar mais uma vez a presença assídua da senhora Neide, ela que é Presidente do bairro Canadá, muito amiga do vereador Jaime Vasatta. É ele quem pede e nós mais uma vez fazemos os cumprimentos. Com a palavra, o líder do governo na Câmara o vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu: Presidente, eu serei bem breve para não prolongar esta discussão; mas eu preciso aqui registrar acho que é um equívoco do Paulo Porto; porque o vereador fez o discurso dando a entender que se tratava de buscar o reajuste da data base. Estamos votando nesta tarde, apenas a revisão geral prevista por uma ordem constitucional no seu artigo 37, inciso X, que exige, exige que o Prefeito Municipal mande neste mês a revisão geral. Nós optamos por colocar na sessão de hoje em 1ª votação e 2ª feira em 2ª discussão, por esta exigência legal e constitucional. E a revisão geral prevista na nossa Constituição ela busca unicamente evitar a perda inflacionária. Então, é importante distinguir o que é revisão geral, que é o que estamos votando nesta tarde e o que é o reajuste da data base. E é importante deixar claro os números, os índices oficiais apontam uma inflação de 5,82, temos uma revisão de 6% e só para vocês terem a dimensão desta importância se nós fossemos, vereador Nei, fazermos um comparativo desde o ano de 2009; de 2009 para cá, só com a revisão geral já foi dado um reajuste de 39,4%; por isto que a revisão geral é muito importante se não os trabalhadores teriam uma perda gigantesca, em dois, três anos, então é só para deixar tranquilo os senhores vereadores que estamos votando nesta tarde é a revisão geral que visa única e exclusivamente a recuperação da perda inflacionária. Pois não, vereador Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu estou olhando aqui, que pelo IGPM 7.98%, entendeu? Então, pelo IGPM deu 7,98%. Era só isto! –

Vereador Gugu: Aí vereador o senhor vai estar discordando do seu próprio governo federal que não é este o índice que o governo federal que é a nossa instituição oficial estabeleceu de inflação para o Brasil. Então, os órgãos oficiais não reconhecem esta inflação. Reconhece uma inflação de 5,82%, mas o mais importante que isto é deixar claro que estamos votando hoje, nada mais é do que a revisão geral e não o reajuste da data-base. Estamos votando hoje, é a recuperação da perda inflacionária e, estamos tendo um pequeno ganho porque a revisão está sendo maior do que a inflação computada nestes últimos 12 meses. Obrigado, Presidente. Em 1ª votação, o Projeto de Lei nº 50/2014 foi aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº. 51/2014 de autoria dos Vereadores Marcio Pacheco e Danny de Paula, que institui o Programa Maio Amarelo - Atenção pela Vida, no âmbito do Município de Cascavel e dá outras providências. A palavra senhor Presidente Em seguida o senhor Presidente passou a palavra a Vereadora Danny de Paula - boa tarde ao Nobre Presidente, boa tarde a todos aqui presentes, então como vocês estão vendo estamos todos de amarelo hoje, os Vereadores obrigado pela participação neste projeto, Maio Amarelo, porque Maio Amarelo? Amarelo Atenção, atenção e conscientização ao nosso trânsito, precisamos assim de uma semana para colocar em debate em discussão a conscientização e reeducação do trânsito, então por isso Maio Amarelo, veio com esse símbolo que nós temos do lacinho, que já temos o Cascavel Rosa, o combate ao nosso câncer de mama, ao HIV que também vem com um lacinho vermelho, e agora o nosso Maio Amarelo, atenção a todos no trânsito, nós vamos passar um vídeo agora para vocês e acredito que esse vídeo já diz tudo, porque essa campanha é tão importante. (exibição de vídeo). Eu acho que este vídeo já diz tudo, então nós necessitamos muito desta campanha e voto favorável dos senhores, para uma semana realmente, uma semana do nosso ano de conscientização intensiva no trânsito acredito que já iremos mudar muito, e deste já, depois de vídeo acredito que os nossos Vereadores que votaram contrário ao projeto dos nossos amigos, vão pensar mais um pouquinho, obrigado senhor Presidente. Aparte Vereadora, em aparte o Vereador Claudio Gaiteiro - senhor Presidente, Vereadores, cumprimentar a Vereadora Danny de Paula e Marcio Pacheco por essa iniciativa, a divulgação desta grande campanha Maio Amarelo, agradecer ao Vereador Frare e ao Vereador Walmir que vamos solicitados a dar parecer em Sessão extraordinária da Comissão de Finanças, a tão pronto chegou ao nosso conhecimento corremos para fazer o parecer favorável com algumas emendas, a respeito deste projeto porque pela importância do mesmo,

então parabenizar aqui você Danny pela iniciativa e pode ter certeza que se essa campanha será um sucesso para o trânsito de Cascavel, colaborando ainda mais com o trânsito, parabéns. Um aparte Vereadora. Nei Haveroth - senhor Presidente, Nobres Pares, quero cumprimentar o Vereador Marcio Pacheco e a Vereadora Danny de Paula por essa lei, campanha muito bem colocada em nossa cidade que precisamos mesmo disso, eu como Presidente da Comissão e demais integrantes da Comissão de Segurança e Trânsito desta Casa, Vereador Rui Capelão e Jorge Menegatti, temos acompanhado diversas discussões sobre a questão do trânsito e como bombeiro também muitas vezes me deparei, depois de fato consumado, muitas vezes estava lá no local e chagava os familiares com os entes-queridos, feridos ou mortos, só quem passa por isso sabe a dor que é e depois passa a ter uma consciência diferente sobre o trânsito. Então espero que nunca passamos por isso, e essa lei tenho certeza que vai ajudar e muito na conscientização. Infelizmente se a gente andar aqui pela cidade de Cascavel, temos deficiência na sinalização ainda, mas muito está sendo feito, só para concluir, existe o vento muito forte em nossa cidade, venta muito, mas o vento ultimamente está entortando até as placas de PARE, dez por cento das placas em Cascavel estão retorcidas ou amassadas na parte superior e na inferior, o vento eu acho que está danificando isso, então é complicadas estas questões, as pessoas não tem a noção que elas mudarem uma placa de PARE ela pode estar colocando uma vida em risco, então parabéns, Presidente Marcio Pacheco, Danny por essa lei e tem todo o nosso apoio. Danny de Paula - obrigada, eu gostaria de comunicar a vocês também que no dia 28 nós teremos a palestra da Christiane Yared que é mãe do Rafael Yared que morreu atropelado pelo nosso Deputado alcoolizado Carli Filho, ela estará aqui dia 28 ela é hoje Presidente do IPTRAN, Paz no Trânsito em Curitiba e estará aqui dando uma palestra para finalizarmos o nosso Maio Amarelo com chave de ouro, obrigada. Peço a palavra. Presidente- com a palavra o Vereador Jorge Bocasanta - senhor Presidente, Nobres Colegas enfim a plateia, quando a Danny falou de mim e do Ganso né, ai eu pensei assim, como é mulher a gente tem que respeitar porque ele bebeu sabe aonde ele bebeu Danny, não bebeu na rua na praça, o cara ali bebeu dentro de um bar, então a lei que foi aprovada minutos antes que nós vamos contra, ele estava autorizado a beber, o Deputado Carli Filho lá de Guarapuava bebeu aonde, dentro de um bar em Curitiba, e saiu logo na vida e matando as pessoas, então eu digo assim, se você me fala que a bebida do bar não faz mau.... num balcão de bebida. (aparte Vereador) já te dou, um balcão ai se você fala vamos proibir a venda do álcool a venda disso, eu concordo contigo não tem problema está

entendendo, mas dizer que nós votamos contra a liberação de beber uma cerveja num local ou outro, esse próprio exemplo se deu ali nossa colega, foi dentro de um bar, que pela lei estão autorizados a beber, é o Country Clube de Cascavel viu Fernando, pois não. Danny de Paula - mas se o senhor leu corretamente a lei que nossos amigos fizeram eles não estão proibindo beber em bar, eles estão proibindo beber em áreas públicas, para evitar poluição, sujeira, acidente né Nobre Vereador não estão proibindo de beber em hipótese alguma em bares. E aqui nesta campanha que estamos discutindo esse projeto, estamos discutindo a conscientização das pessoas saírem dos bares alcoolizados e pedirem uma carona, pedirem um taxi ou uma carona solidária que os pais vão buscar é isso que nós estamos querendo Vereador. Jorge Bocasanta - então eu não entendi a colocação pedir mais dois votos né, os dois votos eu não entendia colocação você pedindo mais dois votos nosso, porque esse cidadão que você citou que matou aquele jovem o Deputado bebia dentro de um bar, e era autorizado por essa lei, esse outro que você mostrou o vídeo ai também a cerveja dentro de um bar né, não na praça. Então o que que nós precisamos, nós precisamos fazer com que a população seja penalizada se beber e dirigir, penalizada mesmo, entendeu, porque não adiante o fulano o ciclano bebe mata e nem vai para a cadeia, tem que meter na cadeia ai eu concordo plenamente contigo, o mesmo exemplo eu deu por Fernando Winter, lá no Country pode beber na praça não, nos dois lugares não poderia beber, então era isso, (um aparte Vereador) é só uma aparte, só uma aparte, infelizmente poderia ter dado o tempo inteiro aqui tá entendendo, então não adianta querer misturar uma coisa com a outra, que eu também sou contra beber e dirigir, tá entendendo, mas sou a favor do que, mas também sou contra a proibição de tudo, então vamos proibir tudo, então eu tenho algumas diferenças só isso, muito obrigado. Presidente - peço a palavra também, assumo a Presidente senhor Vereador. Marcio Pacheco - boa tarde a todos, na verdade eu vou frustrá-los quem está esperando um discurso aqui, eu vou pedir desculpas aos senhores e pedir a permissão para que ao possa me manifestar na segunda feira, vim aqui para não ficar falando tudo isso da cadeira da Presidência, porque até pedi para o Capitão Amarildo que me atrasei um pouco porque o projeto foi feito meio as presas, né Vereadora, e o Capitão Amarildo vai encaminhar para a gente, porque o que nos interesse é apresentar números de Cascavel, nós temos alguns números muito interessante com relação ao trânsito no que diz respeito ao âmbito nacional, mundial inclusive, mais nós temos que saber como estão o nosso número de acidentados, mortos e feridos na cidade de Cascavel e esse debate que eu acabei e ver agora de maneira especial do Vereador

Jorge Bocasanta não sei o que acrescenta isso, essa discussão desnecessária, descabida sem necessidade, a finalidade inclusive o bom senso de todos os Vereadores e coincidentemente os únicos dois que estão sem a nossa proposta usar esse lacinho amarelo aqui coincidentemente são só Vereadores Jorge Bocasante a Ganso sem limites, não sei se é relação sobre pensamento de campanha publicitária no sentido de conscientização ou não mais a gente, eu só quero lamentar acho que isso não vai acrescentar em nada, nós temos que trabalhar mais fortemente na conscientização da população é o único caminho para nos termos a diminuição dos números dos drogados, a diminuição dos números de acidentes, a diminuição do números de pessoas sem consciência que ingerem bebida alcoólica e se envolve em acidentes gravíssimos. Não só causando prejuízo para eles, mas principalmente para outras pessoas inocentes. Então só quero pedir o voto favorável de todos os senhores vem a acrescentar né Danny, obviamente isso não vai resolver o problema da nossa cidade, não vai resolver o problema do nosso trânsito, mas é um instrumento a mais, uma ferramenta a mais que o Município de Cascavel passa a ter, que as instituições as entidades passam a ter para dialogar sobre esse tema tão sério, tão sério, mais muito sério mesmo que é questão dos acidentes de trânsito que causam danos, dores e sofrimentos e de maneira especial temos que considerar quanto Estado, quando Legisladores o prejuízo que isso causa para o Município para o Estado para a nossa Nação. Só quero pedir o voto favorável e na segunda feira eu vou fazer um apanhado mais abrangente com relação aos números e toda discussão em torno do projeto e o que a gente pode acrescentar com a ação deste projeto aqui e agradeço a todos, vejo pela acolhida do lacinho que teremos voto favorável da maioria se não da totalidade, obrigado senhores. Presidente - aguardando a presença dos Vereadores Jorge Bocasanta e Ganso sem Limites para fazer a votação do projeto. Senhores em votação o Projeto de Lei nº. 51/2014 de autoria dos Vereadores Marcio Pacheco e Danny de Paula, que institui o Programa Maio Amarelo - Atenção pela Vida, no âmbito do Município de Cascavel e dá outras providências. Gugu Bueno - votação nominal senhor Presidente. Presidente - retificando peço votação nominal ao projeto, proceda por gentileza senhor Secretário. Aprovado o projeto de lei com 19 votos favoráveis dos Vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Danny de Paula, Luiz Frare, Nei Haveroth, Celso Dal Molin, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Rui Capelão Cardoso, Walmir Severgnini. Presidente - pela totalidade dos

Vereadores presentes está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº. 51/2014. Projeto de Lei nº. 52/2014, de autoria da Mesa Diretora que concede a título de revisão geral anual reajuste nos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, em discussão. Em votação o Projeto de Lei nº. 52/2014 de autoria da Mesa Diretora que concede a título de revisão geral anual reajuste nos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Cascavel, e dá outras providências. Os Vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão os que forem contrários que se manifestam. Pela totalidade dos Vereadores presentes está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº. 52/2014. Projeto de Resolução nº 5/2014, de autoria da Mesa Diretora, Que abre crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Cascavel na forma que especifica, em discussão. Em votação o Projeto de Resolução nº 5/2014, de autoria da Mesa Diretora, Que abre crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Cascavel na forma que especifica, os Vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão os que forem contrários que se manifestam. Pela totalidade dos Vereadores presentes está aprovado em 1ª votação o Projeto de Resolução 5/2014. Temos os Requerimentos 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, consenso na deliberação senhores? Gugu Bueno - senhor Presidente, peço que a gente discuta os requerimentos 121 e 122 senhor Presidente. Jorge Bocasanta - o 126 ao 130 por favor. Pedro Martendal - eu também peço destaque a esses requerimentos. Senhores só para esclarecer mais uma vez, só se não houver consenso na deliberação, senão se for votar favorável Vereador Jorge não se discute o requerimento, foi isso que nós acordamos que se manifeste no grande expediente. Bocasanta - eu não sei se vou votar favorável ao não quero saber o motivo tá entendendo. Jorge Menegatti - questão de ordem senhor Presidente. Presidente - pois não. Jorge Menegatti - está na pauta o Requerimento 121 autor Jorge Menegatti e o 121, aliás o 122, autor e o Jorge Bocasanta e não Jorge Menegatti, só uma correção que saiu na pauta, obrigado. Presidente - aqui fisicamente estão corretos 121 Jorge Menegatti e 122 Jorge Bocasanta um erro material apenas. Então vamos discutir em separados os Requerimentos 121, 122 e do 126 ao 130 os demais procedo a leitura de todos para deliberarmos conjuntamente. Requerimento 118 é de autoria do Vereador Fernando Winter do que solicita informações acerca da aplicação da Lei. 10.741 de 2003 - Estatuto do Idoso, Requerimento 119, de autoria do Vereador Fernando Winter, que solicita informações acerca da aplicação da Lei Estadual nº. 13.400 de 2002, que dispõe que as instituições bancárias e outras especificadas, deverão providenciar medidas para

efetivar, em tempo razoável, atendimento e seus usuários, no Município de Cascavel. Requerimento 124 de 2014, autoria do Vereador Pedro Martendal, que requer informações acerca do Fundo da Criança e do Adolescente - FIA. Requerimento 125 de autoria do Vereador Paulo Porto, que requer informações sobre a UPS - Unidade Paraná Seguro de Cascavel. Requerimento 131 do Vereador Pedro Martendal, que requer seja encaminhado expediente ao Deputado Federal Eduardo Sciarra, solicitando que manifeste voto contrário ao veto presidencial de nº 5 de 2014 ao Projeto de Lei nº. 57/2013. Requerimento 132 de autoria do Vereador Marcio Pacheco, que requer informações a respeito do atendimento prestado a paciente, vítima de acidente de trânsito na Unidade de Pronto Atendimento UPA I, localizada na Avenida Tancredo Neves. Claudio Gaitero - questão de ordem senhor Presidente, o 131 poderia incluir junto com o 126 á 131 que trata da mesma matéria, se possível. Presidente - o 131, retiro então da votação o Requerimento 131 para discutirmos junto com os demais. Como dispensa-se a discussão destes requerimentos houve consenso, coloco em votação os Requerimentos 118, 119, 124, 125 e 132/2014 conforme ementas lidas recentemente, os Vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão os que forem contrários que se manifestem. Senhor Diretor Legislativo verifique a presença do Vereador Marcos Rios. Em votação os Requerimentos 118, 119, 124, 125 e 132/2014 os Vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão os que forem contrários que se manifestem, pela totalidade dos Vereadores presente estão aprovados os Requerimentos 118, 119, 124, 125 e 132/2014. O Requerimento 121 do Vereador Jorge Menegatti requer informações sobre a distribuição de materiais escolares nas escolas do Município de Cascavel, em discussão. Peço a palavra senhor Presidente. Presidente - com a palavra o Vereador Gugu Bueno. Gugu Bueno - Presidente, partindo do pressuposto de que quando nós fazemos um requerimento é para obter uma resposta, nós já temos a resposta encaminhada pelo Secretário Valdecir Nath, do requerimento de autoria do Vereador Jorge Menegatti que faz uma série de questionamentos sobre materiais escolares, em não havendo necessidade deste requerimento ser encaminhado a Secretaria de Educação, eu repassarei ao Vereador Jorge Menegatti já a resposta do requerimento. Portanto Presidente peço voto contrário ao requerimento e na sequencia eu vou encaminhar a resposta do Secretário Valdecir Nath ao Vereador Jorge Menegatti. Presidente - em votação o requerimento 121 de 2014, Gugu Bueno - votação nominal. Presidente do Vereador Jorge Menegatti que requer informações sobre a distribuição de materiais escolares nas escolas do Município de Cascavel, votação nominal, proceda

senhor Secretário. Rejeitado com 14 votos contrários dos Vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, Danny de Paula, Luiz Frare, Nei Haveroth, Celso Dal Molin, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Walmir Severgnini e 5 votos favoráveis dos Vereadores: João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto e Rui Capelão. Requerimento 122/2014 de autoria do Vereador Jorge Bocasanta do PT, que requer informações junto a CETTRANS referente ao sistema de funcionamento dos terminais de transporte coletivo. Peço a palavra senhor Presidente. Presidente - com a palavra o Vereador Gugu Bueno. Gugu Bueno - senhor Presidente, no item três do requerimento 122 vem um questionamento que tenho certeza que não deveria estar neste requerimento e como não é possível corrigir após aprovado nesta Casa, então peço voto contrário a esse requerimento, senhor Presidente. Porque o Requerimento é direcionado a CETTRANS e no item três faz o seguinte questionamento, como é feito o controle pelos fiscais para carimbar as receitas dos usuários da Farmácia Básica, e em quais horários estes serviços estão disponíveis a população. Evidentemente que esse questionamento não deve ser feito a CETTRANS, houve um erro material e é necessária a rejeição deste requerimento 122, senhor Presidente. Peço a palavra. Presidente - com a palavra o Vereador Jorge Bocasanta - então o seguinte, esse negocio da receita ai é porque tem pessoas que vão no PAC de noite né, e daí eles não conseguem ter a passagem gratuita de volta né, as pessoas que vão pegar o remédio tem o direito né, mas o mais interessante neste requerimento é o seguinte, é um cidadão que chegou aqui e veio nos cobrar que a partir da meia noite, alguns terminais rodoviários de Cascavel, com a retirada dos fiscais, não sei por que motivo, está virando uma baderna lá, tem gente fumando drogas, fazendo tipo arrastões, uma coisa meia estranha, motorista que não cumpre o seu trajeto, tem motorista cortando volta, então o que é, falta fiscalização e a partir do mês de maio, abril, segundo esse cidadão, eles vão tirar mais fiscais, então não vai ter mais fiscal, então essa era a minha pergunta, o controle da receita ai Gugu isso ai é para justificar, alguém que vai ao PAC e tem o direito a passagem para pegar o medicamento e ninguém controla, está entendendo não é direcionado a saúde e sim ao controle do cidadão lá dos fiscais, eles autorizam a passagem de volta com carimbo. Então o que é a minha preocupação, (aparte Vereador) já te dou a preocupação o que é, é só o controle nos terminais sem os fiscais e tem um projeto da retirada só isso obrigado. Gugu Bueno - eu entendi o seu questionamento, só acho que o item três da maneira que está formulado, não será a CETTRANS que deverá responder

esse questionamento, e sim a Secretaria, portanto como não tem como reformular o requerimento aprovado, nós poderíamos rejeitar esse requerimento e na semana que vem, na próxima Sessão, colocar outro requerimento reformulado Vereador. Jorge Bocasanta - a pergunta o que é, que quando o paciente tem o direito ao vale transporte está o fiscal lá para carimbar e se não existir fiscais, não vai ter ninguém para carimbar, ai ele não vai ter o direito a passagem. Então é isso ai, não tem nada, como é feito o controle o fiscal diz assim, estou aqui no PAC com a receita você pode ir sem pagar nada, se não tiver o fiscal não vai ter, então o controle não da saúde mas sim do fiscal mesmo, então era isso, a minha preocupação é a fiscalização dos terminais que estão tirando os fiscais, (um aparte Vereador). pois não. Nei Haveroth - então o senhor está dizendo aqui neste requerimento que o usuário ele chega de ônibus no terminal e apresenta receita que ele tem para ir a farmácia e o fiscal daria uma carimbada, com o carimbo da CETTRANS vai até a farmácia retorna ao terminal e entra com o carimbo, o carimbo é um vale transporte, mais a farmácia básica fica próximo ao terminal? Jorge Bocasanta - se você vai lá na Brasília I, se você não tiver carro vai ter que ir ao terminal, até meia noite, mais não vai ter nenhum mais. Nei Haveroth - na verdade eu não sabia que isso ocorria. Jorge Bocasanta - mas tem o direito, entendeu Nei, o paciente que vai se consultar ele tem o direito a uma passagem, tá entendendo, ai alguém tem que autorizar, então era isso eu gostaria, podemos retirar o requerimento tá entendendo, então vamos retirar o requerimento tá bom. Presidente - senhores se é de consenso de todos os Vereadores nos autorizar a retirada do requerimento 122 que será protocolado na semana que vem pelo Vereador Jorge Bocasanta. Assim fica autoriza a retirada do requerimento 122. Então os Requerimentos 126, 127, 128, 129, 130 e 131 com o mesmo teor destinados a autoridades diferentes, de autoria do Vereador Pedro Martendal, e requer seja o presente encaminhado expediente 126 ao Presidente da Câmara Federal, senhor Henrique Eduardo Alves, 127 ao Deputado Federal Nelson Padovani, 128 ao Deputado Federal Fernando Giacobbo, 129 ao Deputado Federal Hermes Frangão Parcianello, 130 ao Deputado Federal Alfredo Kaefer e o 131 ao Deputado Federal Eduardo Sciarra, todos requerem que se manifeste voto contrário ao veto presidencial nº 5 de 2014 ao Projeto de Lei nº. 57/2013, em discussão os requerimentos conjuntamente. Peço a palavra senhor Presidente. Com a palavra o Vereador Pedro Martendal - eu tomei a liberdade de propor o envio deste documento ao Presidente da Câmara Federal, e aos Deputados Federais que representam a nossa cidade, motivo esse que a Presidência da Republica vetou esse projeto, o projeto de Lei nº. 57 que trata a questão

do emplacamento das máquinas agrícolas, o porquê da minha preocupação, nós já temos uma carga tributária altíssima, o agro negócio nós sabemos é a mola propulsora da economia que mantém a balança de pagamentos do nosso Brasil positiva. Não pode arcar o produtor rural com mais esse custo, as máquinas ficam na propriedade, não tem necessidade deste emplacamento. Então além de pedir a aprovação dos colegas a esses ofícios, eu também sugiro e estarei fazendo isso, eu contactarei por algum meio com os demais deputados federais manifestando repúdio ao Veto Presidencial eu acho interessante porque a nossa região depende essencialmente do agro negócio, as indústrias, são indústrias de transformação o comércio os prestadores de serviços toda a economia nossa está fundamentada nos recursos do campo, lá na grande crise de trinta já falava o Presidente americano que, não lembro a frase na sua íntegra, mas em resumo é se acabar com o campo acabará a cidade, agora se tiver um problema na cidade o campo reconstruirá a cidade. Então sem o campo evidentemente que as cidades morrerão de fome. Então eu peço voto favorável dos senhores Vereadores, ao enviar deste documento aos representantes de nossa cidade e ao Presidente da Câmara Federal, e dentro do possível sugiro e peçam apoio das bancadas dos vossos partidos, seria isso senhor Presidente, obrigado. Peço a palavra senhor Presidente. Presidente - com a palavra o Vereador Paulo Porto - esse Vereador é um dos principais defensores da aprovação de todos os requerimentos, entendo que todo requerimento deveria ser aprovado quando pede informação. Esse requerimento não é um pedido de informações, é um requerimento posicionado indicando uma ação política, e por discordar dessa ação política eu particularmente entendo que o agro negócio é um dos setores mais privilegiados pelo Governo Federal, em créditos e inúmeros incentivos eu entendo e concordo com o veto presidencial neste caso e apenas justificando o meu voto contrário por não ser um pedido de informações que eu sempre votarei a favor, sempre, mas neste caso por ser uma atitude política, um requerimento posicionado esse mandato não concorda com o teor político deste requerimento, por isso votarei contrário e estou justificando o meu voto, muito obrigado senhor Presidente. Senhor Presidente me permite um aparte. Presidente - com a palavra o Vereador Jorge Bocasanta - estão tá bom a palavra, eu estava conversando com o Pedrinho Martendal, e daí, na realidade os impostos no Brasil é bastante né Pedrinho, eu sempre sou a favor de diminuir um pouco a carga tributária, mas o negócio de emplacamento de máquinas agrícolas, ele tem dois pesos e duas medidas, se fosse um valor simbólico que fosse cobrado seria uma coisa boa até para o próprio agricultor, que a sua máquina será

emplacada e o ladrão não vai vir a noite roubar, vir a noite por em um caminhão e ninguém vai saber, vai estar a placa ali se passar em uma barreira policial ela vai ver pelo número da placa e vai saber o tipo do trator que é o tipo da colheitadeira. Então eu gostaria assim de me manifestar também contra esse requerimento da mesma forma porque, porque o emplacamento talvez seja um meio de garantir melhor a sua máquina, então eu também voto contrário ao requerimento. Peço a palavra senhor Presidente. Presidente - com a palavra o Vereador Romulo Quintino. Romulo Quintino - Vereador Pedro Martendal de fato quero cumprimentar pela sua sensibilidade e também pelo acompanhamento que o senhor tem a essas causas de tamanha relevância, como essa situação que diz respeito eminente ao setor agrícola, parabeniza-lo pela sua, pela forma como o senhor tem cuidado também de assuntos de interesse nacional, e sou sincero em dizer ao senhor, eu estava totalmente desinformado dessa ação, agora me estranha a manifestação contrária do Vereador Paulo Porto, do Vereador Bocasanta ao requerimento, um requerimento, não se voto contra um requerimento, nós cansamos de ouvir isso nesta Casa, o Vereador Paulo Porto e o Vereador Bocasanta, (aparte Vereador) votarão contra o requerimento. Então Vereador Pedro Martendal o agro negócio é que sustenta o país, parecer que ficou quase notabilizado que o Vereador Paulo Porto não quer que haja mais apoio ao agro negócio, tem que apoiar e apoiar muito mais o agro negócio, que é o que sustenta o país, sustenta o Estado do Paraná sustenta o Município de Cascavel. Então Vereador Pedro Martendal, votaremos favorável ao requerimento (aparte Vereador) claro Vereador Paulo Porto. Paulo Porto - Vereador Romulo Quintino, vou desenhar, Romulo - desenha. Porto - eu voto sempre a favor de todos os pedidos de informações, Romulo - há então pronto. Porto - pronto, agora isso não é um pedido de informações é um requerimento posicionado essa é a minha justificativa para esse voto contrário, inclusive eu entendo que essa Casa deveria aprovar todo os pedidos de informações, por isso o meu voto não é favorável, porque não é um pedido de informações, se fosse votaria favoravelmente, obrigado. Romulo - obrigado Vereador Paulo Porto, (aparte Romulo) o senhor sempre tem uma habilidade para comprovar o seu método de pensar e aquilo que o senhor quer deixar expresso e eu o parabeno por isso, pois não, Vereador Fernando Winter. Fernando Winter - só para contribuir na sua fala Vereador Romulo, é vergonhoso Vereador Jorge Bocasanta e também Paulo Porto, essa lei um pequeno agricultor la, um médio agricultor que tenha um pequeno trator vai ter que documentar e pagar mais imposto ainda. Então Paulo Porto, eu acho que nós temos que ter posição, temos que ter posição, então nós temos que ir contra essa lei

que é um absurdo, vamos votar favorável a esse requerimento, obrigado. Um aparte Vereador. Romulo - claro. Nei Haveroth - Vereador Pedro Martendal, eu quero registrar aqui a minha preocupação e vou votar favorável ao requerimento por entender que os moldes do emplacamento vai ser nos mesmos moldes dos veículos, mas concordo com o Vereador Bocasanta, que poderia ter emplacamento sim dentro de um valor simbólico, para um controle de segurança do maquinário. Lógico vou votar a favor do requerimento porque a forma que está sendo colocado, está sendo colocado com um valor elevado nas mesmas características dos veículos, mas que eu acho importante emplacar os veículos por questão de segurança, eu acho que é importante. Um aparte Vereador. Romulo - claro. Gugu Bueno - é importante preciso registrar o meu apoio a esse requerimento porque sou contra o emplacamento de máquinas agrícolas, e vou encaminhar ao meu amigo Paulo Porto, ele que sempre deixou muito claro, o que admiro o seu posicionamento político, sempre deixou muito claro uma caminhada junto ao nosso ex-governador Roberto Requião, hoje Senador, a dias atrás eu como vocês sabem muito bem, nas minhas insônias costumeiras, estava assistindo a TV Senado, e tive o privilegio de ouvir o pronunciamento do Governador Requião sobre esse tema em questão e ele foi de uma absoluta felicidade, ao demonstrar e deixar claro o seu posicionamento contrário ao emplacamento das máquinas agrícolas, acho que de fato nós não temos a mesma fé que o Vereador Nei e o Vereador Jorge Bocasanta, evidente se for autorizado este emplacamento, por mais que comece com preço simbólico logo, logo estaremos pagando o mesmo IPVA sei lá o que, que imposto vai ser criado nesta questão específica, e com certeza vai dificultar ainda mais a vida dos nossos produtores que tanto sofrem para carregar esse Brasil. Então por isso que eu preciso registrar o meu voto contrário ao emplacamento e o meu voto favorável ao requerimento do Vereador Pedro Martendal. Romulo Quintino - obrigado Vereadores pela contribuição e reinterando mais uma vez a estima aos requerimentos do Vereador Pedro Martendal. Presidente - em votação os requerimentos 126, 127, 128, 129, 130 e 131, cuja as sumulas já foram lidas anteriormente, vamos fazer a votação nominal, votação nominal por gentileza senhor Secretário. Os Requerimentos foram aprovados com 17 votos favoráveis dos Vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo, Jorge Menegatti, Danny de Paula, Luiz Frare, Nei Haveroth, Celso Dal Molin, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Rui Capelão Cardoso, Walmir Severgnini e 2 votos contrários dos Vereadores: Jorge Bocasanta e Paulo Porto. Presidente - com 17 votos favoráveis e 2

contrários estão aprovados os requerimentos 126, 127, 128, 129, 130 e 131. Assim finalizamos a matéria da ordem do dia deixo a palavra livre aos senhores Vereadores para assuntos de interesse público. **GRANDE EXPEDIENTE** – Vereador Paulo Porto: (Questão de ordem senhor presidente), Presidente: Pois não vereador. -Vereador Pedro Martendal: Eu tenho uma consulta médica agendada, eu pediria permissão para me retirar por motivo de saúde. - Presidente: Boa consulta senhor vereador. - Vereador Jaime Vasatta: Senhor presidente, também gostaria de pedir licença para sair tenho um compromisso. Se o senhor me permitir. – Presidente: Pois não vereador. – Vereador Jaime Vasatta: Obrigado presidente. (Questão de ordem senhor presidente) - Presidente: Pois não vereador Nei. – Vereador Nei Haveroth: Peço licença de cinco minutos para atender a imprensa, retornarei na sequência. – Presidente: Sim senhor vereador. -Vereador Paulo Porto: Boa tarde novamente a mesa diretora, vereadores e plenário. Eu vim por um motivo muito rápido, bem breve, uma retificação. Ontem nesta casa da minha cadeira, eu afirmei a partir de um debate de um determinado projeto que Cascavel, fazendo uma crítica contundente ao executivo dizia que Cascavel não havia levado nenhuma criança das escolas públicas pro Regional de Céu Azul. Quero retificar que a informação verdadeira, correta que Cascavel levou metade das crianças necessárias. Mas que não levou nenhuma, então mantenho minhas críticas ao executivo porém pelo bem da verdade a de retificar esta minha fala. Era isso meu muito obrigado presidente. (Aparte vereador) Por favor, vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: vereador Paulo Porto, vossa excelência quero dizer que não me causa nenhum tipo de surpresa a grandeza política que vossa excelência tem de usar a tribuna nesta tarde, após na sessão de ontem, no calor daquele debate, vossa excelência ter usado habilidade que Deus lhe deu, lidar tão bem com as palavras. Ter usado esta habilidade pra fazer uma crítica tão injusta ao nosso Secretario Wanderley Faust. Vossa excelência demonstra uma grandeza política, ao usar a mesma habilidade hoje, pra corrigir um erro, e reconhecer que obviamente há muito que fazer pelo esporte de Cascavel, mais dizer que nada esta sendo feito que neste caso específico, nenhuma criança tinha sido levada pra disputar os jogos que era um equívoco, era uma inverdade e vossa excelência, restabelece a verdade eu fico muito feliz. Enalteço o posicionamento do vereador. Obrigado vereador – Vereador Paulo Porto: Obrigado Gugu Bueno, porque o que é correto é correto, a minha fala ontem foi, nenhuma criança foi, foram poucas, deveria ter ido mais; porém não é verdade que nenhuma criança foi aos jogos regionais. Mantenho as críticas anteriores mais neste caso tenho, de retificar a minha fala de ontem,

muito obrigado presidente. - Presidente passou a palavra ao Vereador Fernando Winter: Senhor presidente colegas, vereadores que ainda nós acompanham a imprensa, venho a tribuna só para dar um pequeno destaque aos dois requerimento que protocolamos o qual foi aprovado há pouco instantes o requerimento nº 118 e o nº119. O requerimento nº119 começando pelo último, é questão das instituições bancárias. O sofrimento que a população está tendo para pagar um boleto onde à lei ela diz que é vinte minutos o prazo que você possa esperar, e pagar suas contas. Nós temos observado que esta lei não esta sendo cumprida, porque em muitas instituições o cidadão fica uma hora, quarenta minutos, pra pagar apenas um boleto bancário. Então este requerimento nº 119, ele é direcionado, não é, nós sabemos que o PROCON, tem muita ação, muita fiscalização, são poucas pessoas, mas que dessem uma atenção maior a esta lei das instituições nº13. 400 de 2002, sobre as instituições bancárias e também, as casas lotéricas. A minha fala maior seu presidente é sobre a lei, aplicação da lei nº 10.741 que é o Estatuto do Idoso especificamente o artigo 40, então para ficar mais claro assim pro plenário, pedir ao técnico que coloque um vídeozinho de apenas quatro minutos feito pela TV Tarobá, muito bem feito por essa emissora; ao qual vai deixar bem claro esta questão da lei. (Exibição do vídeo) Fazer um registro aqui, a bela reportagem da repórter Marcele, que está inclusive, cobrindo nossa sessão, parabéns por essa bela reportagem. Então, dizer aos senhores as exigências para o idoso porque eu fiz este requerimento, senhores vereadores, porque muitas pessoas nos procuraram até talvez aquela pessoas que votaram em nós. A lei é pra ser cumprida, então eu faço aqui algumas normativas que as empresas exigem para conseguir estes benefícios: ter mais de sessenta anos, se for aposentado levar extrato bancário, se não for aposentado apresentar holerite, renda até dois salários mínimos carteira de identidade, CPF. Duas passagens por carro, totalmente gratuito, cada empresa é duas passagens, marcar com antecedência de quarenta dias. A empresa tem um prazo para se programar e caso não tenha mais as duas passagens por carro, haverá desconto de 50%. Também tem esta opção ao idoso, mais de quinhentos quilômetros retirar a passagem doze horas antes do embarque. Menos de quinhentos quilômetros retirar a passagem seis horas antes do embarque, ir direto ao balcão de atendimento com a documentação. Então era isso senhores vereadores, (Aparte vereador), pois não. – Vereador Gugu Bueno: Eu quero registrar a importância do seu requerimento e dizer que eu acredito, assim como eu e outros vereadores, ficamos estarecidos com esta situação. Nossos idosos, mas uma vez estão sendo lesado, chega o

fato que tem ocorrido aqui na nossa central de leito com nossos idosos, nem leitos conseguem no hospital isso, mais uma prova é um crime. Na verdade eu acho que, cabe senhor vereador além deste requerimento que vossa excelência fez ao PROCON perguntando sobre as medidas que estão sendo tomadas, cabe requerimento às duas empresas pelo que foram registradas, nesta reportagem, porque elas são concessionárias do espaço público, que é a rodoviária; para que elas expliquem este caso em concreto. Porque esta argumentação de mudança de motorista, mudança de prefixo da viagem, isso não tem cabimento, porque se você for comprar em Cascavel, uma passagem daqui a Ribeirão Preto, você vai conseguir comprar a passagem, Cascavel a Ribeirão Preto. Então obviamente que é uma maneira de driblar a legislação. Eu acho que esta Casa pode sim, além deste requerimento que vossa excelência propôs, vossa excelência pode propor, e terá o apoio deste vereador e acredito dos demais; requerimentos cobrando explicações destas empresas, pelo menos daquelas duas que apareceram na reportagem que, eles expliquem de maneira oficial o que ocorreu e fizeram com aquelas duas idosas. Obrigado vereador. – Vereador Fernando Winter: Obrigado, mais um minuto, Marcio. –Presidente: Pois não. – Vereador Fernando Winter: Obrigado vereador Gugu pela participação e dizer assim pra concluir que, aconteceu comigo este mês fui numa instituição bancária, não falo o nome e fiquei quarenta e cinco minutos, na fila de espera para pagar um boleto sequer. A questão das passagens dos idosos são pessoas que nós procuraram exigindo seus direitos, então espero a colaboração de vocês neste apoio. E era isso obrigado. - Presidente: Vereador, também quero cumprimentá-lo pelo requerimento quero inclusive me somar, ao posicionamento do Gugu Bueno e dizer inclusive que entendo, vossa excelência tivesse interesse de encaminhar inclusive a denúncia requerendo: se não seria o caso de abertura de processo na Agência Nacional de Transporte, tanto do Estado como Nacional, encaminhando esta denúncia que é seríssima; idosos merecem todo nosso respeito. Se assim vossa excelência proceder terá meu apoio incondicional deste vereador, na condição de vereador e inclusive de demais vereadores tenho certeza que terá, também. Parabéns! Vereador Rui Capelão: Senhor Presidente, gostaria de pedir a dispensa, deixar livre meu espaço em vista.. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao Vereador João Paulo- Presidente gostaria também de abrir mão da minha palavra, por gentileza. Em seguida o senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Claudio Gaitero- Seguindo os que me antecederam também abro mão, presidente, obrigado. Em seguida o senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Luiz Frare- também abro mão, presidente.

Em seguida o senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Romulo Quintino- Em aparte vereador Gugu Bueno- Senhores vereadores usarei a parte do vereador Romulo Quintino, tenho mais absoluta certeza que o vereador Paulo Porto, continuará exercendo sua grandeza politica porque semana passada o vereador Paulo Porto usou daquela tribuna, tornou pública uma denúncia que o Secretario Valdecir Nath havia cometido crime de assédio moral. Lá naquela escola, pois bem, chegou a mão deste vereador uma nota esclarecimento que eu acho é de interesse público. Uma nota de esclarecimento assinado pelos professores e os funcionários da escola. Na sequência eu repassarei ao vereador Paulo Porto, para quem tiver interesse. Se me permitem farei a leitura: Cascavel, 19 de maio 2014. Os professores e funcionários da Escola Municipal Dulce Andrade Siquera Cunha, vem por meio desta nota, esclarecer fato ocorrido dando conta da suposta ameaça de assédio moral do secretario de educação, Valdecir Nath, contra professores e funcionários de nossa escola. Esclarecemos que nenhum professor ou funcionário ouviu do referido, do secretário, tal ameaça. Nenhum professor, nenhum funcionário ouviu do referido secretario tal ameaça. Única fala que foi repassada pela coordenadora que conversou com o secretario foi: aguardem para enviar ao Ministério Público. Depois de chegar lá é aberto um processo, onde todos terão de ser chamados para depor e acaba demorando ainda mais. A solução para o pedido é mais rápido, deve ser entorno de seis meses; o processo leva de quatro ou cinco anos, ou mais; ou seja, fala dos funcionários! Não temos conhecimentos de nenhum professor ou funcionário que tenha sofrido assédio moral por parte do secretário. Esta é a nota encaminhada pelos professores e funcionários com assinatura deles, duas páginas de assinaturas; acredito quase totalidade dos funcionários que lá estão. Importante pra fazer justiça, evidente que sei que, aquela denúncia foi encaminhada para o Ministério Público deve dar procedimento à investigação. Mas, como foi usado da tribuna desta Casa para tornar pública, importante também tornar pública esta nota de esclarecimento, encaminhada pelos professores e funcionário daquela escola. (Peço aparte vereador Romulo Quintino) Agradeço a contribuição, participação vereador Romulo Quintino, a palavra esta com ele vereador. – Vereador Paulo Porto: Rapidamente li a nota. A nota foi publicada hoje, chegou ao nosso gabinete. A nota inclusive, lendo na integra, o final o vereador Gugu não leu, mas fala: continuamos cobrando reformas imediatas da escola, entendendo que é insustentável como se encontra. A nota tem esse teor, deixando claro que eu tornei pública uma denúncia pública, protocolada no Ministério Público e, eu entendo que tem de ser apurado. Agora claro que essa nota tem seu

peso, em relação com essa suposta denúncia. Muito obrigado vereador Romulo- Vereador Romulo Quintino: De fato eu também concordo. Conhecendo o vereador Paulo Porto, conhecendo nestes poucos meses que convivemos, sei que ele fará devida retratação deste caso, uma vez que foi ele o portador da denúncia que, tomou uma ampla propagação através da imprensa. Assim como também, tenho certeza que será noticiada esta questão da nota de esclarecimento. Dois momentos: fala sobre o assédio que não houve, isso aqui é uma afirmação dos professores e funcionário da Escola Municipal Dulce Andrade Siqueira Cunha CAIC I, aqui estão às assinaturas. Eles falam que não houve prioritariamente, não houve assédio moral. Segundo momento, deixam claro: claro as providências em relação a alagamentos e outros problemas que estavam sendo causadas pelas instalações. Mas importante dizer também, nós não podemos omitir conhecimentos que nós temos de que, infelizmente a escola chegou nesta situação isso é fato, contra fato não a argumentos. Mas também é importante dizer que a escola está a um longo período buscando, a escola não, a Secretaria de Educação um longo período buscando as formas legais para reforma, para melhoria da estrutura escolar, que apenas não foi iniciada por motivos de travamento, neste processo todo de licitação, edital, assim por diante. Mas deixar então, registrado essa nota de esclarecimento que vem assinado pelos professores e funcionários da Escola Municipal Dulce Andrade Siqueira Cunha. Eu lembro-me daquela sessão, vereador Paulo Porto, tanto eu como vereador Luiz Frare, de imediato sem conhecimento desta nota de esclarecimento, sem conhecimento também daquele documento que o senhor tinha em mãos protocolado no Ministério Público, nós afirmamos aqui que: conhecendo o secretário da maneira como nós nos conhecemos, nós não acreditávamos. Rejeitamos sua palavra naquele momento por saber que não é essa forma de trabalho do secretário. Também lhe disse em particular, vereador Paulo Porto, também lhe disse em particular, se alguém em algum momento da vida chegar com um documento falando assim: estou indo fazer uma denúncia contra o vereador Paulo Porto por assédio moral, eu de pronto falarei a ele, eu não acredito; porque eu conheço vereador Paulo Porto. Ainda que, denúncia é coisa séria qualquer pessoa pode fazer uma denúncia, ainda que investigada e após a investigação não seja verdadeira; mas o fato é que causa um grande prejuízo. Se esse tipo de denúncia tivesse chegado as nossas mãos, exemplarmente, por exemplo, contra o senhor, tivesse sido protocolado no Ministério Público, eu não teria coragem de tornar público àquilo que não acredito que seria um exemplo, no seu caso. Então como disse: vereador e amigo Paulo Porto, nós acreditamos

sim, que muito breve o senhor vem também a mesma tribuna que o senhor levou ao conhecimento público, através do informe do protocolo do Ministério Público e, refaça ou pelo menos tente, a imagem um pouco aranhada, agora devido situação, saia pedindo, esclarecendo isso, casa por casa, todas as pessoas que ouviram essa difamação. Será muito mais difícil. Não vou levantar nenhum tipo de dúvida ou qualquer tipo de acusação, me causa estranheza; isso digo com toda lealdade: porque disse isso em particular o que vou dizer em público: estranheza, de que aquele protocolo no Ministério Público, foi protocolado por uma pessoa do grupo político, ou uma pessoa irmã do professor Paulino, que é do grupo político de oposição do atual governo, ao seu secretariado por consequência. Não estou acusando de absolutamente nada, mas causa uma certa estranheza. Então fica registrada esta nota de esclarecimento, que chegou em nossas mãos, também. Não sei se o vereador Luiz Frare, quer falar alguma coisa. Em aparte vereador-Luiz Frare: Se me permite, Senhor Presidente, senhores vereadores, apenas para reforçar que naquela ocasião, de imediato, nós colocamos inclusive que seria de bom alvitre ouvir o outro lado, antes de fazer uma acusação, ou melhor, reproduzir uma acusação. Nem é culpa do Paulo, mas é de bom alvitre que toda pessoa não custa nada: Valdecir, ó Valdecir, Secretário (ele atende ao telefone), liga escuta telefone tem uma denúncia: assim, assim assado. O que você me diz? Ele iria dizer o que nos disse, e que depois a gente acabou confirmando. Então, só para corroborar o que vereador Romulo, vereador Gugu disseram, de que ainda é possível a gente acreditar em alguém. Obrigado. Vereador – Romulo Quintino: Obrigado vereador Luiz Frare, apenas pra concluir: infelizmente está terminando, tenho dezessete segundos, é o número do PSL. Quero agradecer Paulo, pelo diálogo sempre aberto que temos e o trânsito livre que temos um com outro. E, vamos trabalhar para o bem de nossa cidade, obrigado seu vereador. – Presidente: Padre Paulo, uma alegria recebê-lo. O senhor tem uma atividade grande junto a juventude, especialmente da região norte. Nosso prazer em recebê-lo aqui, em nossa Casa, hoje e sempre. Senhores vereadores, agradeço a todos pela presença, comunidade presente, profissionais de imprensa, até semana quem vem. Bom restante de semana e, não havendo mais pronunciamento de interesse público encerro a presente. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e cinquenta e um minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por Kleide Salete Mayer, Marina Rodrigues Toledo e Ivani Paulus, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário